

Ensino da língua portuguesa em Angola: uma análise nas propostas de atividade do livro didático de língua portuguesa da 10^a classe

Pedro Kiuma da Silva*

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-4329-9829>

Gislene Lima Carvalho**

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-8773-6245>

Resumo: O presente estudo objetivou-se analisar como são tratadas as regras gramaticais em contexto de variação linguística nas propostas de atividades do livro didático da língua portuguesa da 10^a classe do ensino secundário adotado em Angola. Desse modo, para darmos conta do objetivo pretendido, o aporte teórico usados foram os principais postulados dos autores: Timbane e Santana (2021), Zau (2011), Bagno (2007), Cabral (20005), Bernardo (2017), Undolo (2016), Santana (2022), Antunes (2014) nos quais abordam sobre o ensino da língua portuguesa em Angola e a variante angolana que é falada pelos cidadãos locais em região nacional. A pesquisa é de cunho qualitativo e documental por se tratar da análise da obra *Língua portuguesa 10^a classe* das autoras Olga Magalhães e Fernanda Costa (2012) no qual observamos quatro propostas de atividades a fim entender o tratamento da variação linguística. Portanto, os nossos resultados apontam que não existe nenhum tópico no manual didático que explica a respeito da variação linguística. Diante disso, constatou-se que o livro didático prioriza abordagem com base na gramática tradicional do português europeu e não leva em conta a realidade linguística dos alunos, sendo que o ensino de língua não deve ser pautado só em único viés, pois desse modo torna-se entrave para o processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa no país.

Palavras-chave: Ensino do português; Livro didático; Proposta de atividades

Portuguese language teaching in Angola: an analysis of the activity proposal of the 10th class portuguese language textbook

Abstract: The present study aimed to analyze how grammatical rules are treated in the context of linguistic variation in the proposed activities of the Portuguese language textbook for the 10th grade of secondary education adopted in Angola. Thus, to achieve the intended objective, the theoretical framework used were the main postulates of the authors: Timbane and Santana (2021), Zau (2011), Bagno (2007), Cabral (20005), Bernardo (2017), Undolo (2016), Santana (2022), Antunes (2014) in which they address the teaching of the Portuguese language in Angola and the Angolan variant that is spoken by local citizens in the national region. The research is of a qualitative and documentary nature as it deals with the analysis of the work Portuguese language 10th class by the authors Olga Magalhães and Fernanda Costa (2012) in which we observe four proposals for activities in order to understand the treatment of linguistic variation. Therefore, our results indicate that there is no topic in the textbook that explains about linguistic variation. In view of this, it was found that the book prioritizes an approach based on the traditional grammar of European Portuguese and does not take into account the linguistic reality of the students, and language teaching should not be based only on a single bias, as this makes it obstacle to the teaching and learning process of the Portuguese language in the country.

* Graduando do Curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Bolsista do Projeto Quem Sabe Ensina da Unilab em parceria com a Secretaria Municipal da Educação de Redenção – (SME). E-mail: pedrokiuma2011@hotmail.com

** Professora Adjunta do Curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Mestra e Doutora em Linguística Aplicada. E-mail: gislenecarvalho@unilab.edu.br

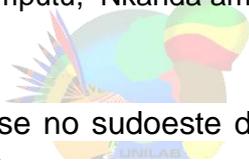
Keywords: Teaching Portuguese. Textbook. Activities proposal

Mu nlonga nkanda yayi nsonga lekwa muna mona awei ba salanga ezi nsiku mya ndinga muna mambo za nsobanesa he ndinga mu nkanda za ndinga mputu za kalasi ya 10^a (kumi) kya malongi azole kya tulwa um nsi za ngola

Lunkufi: Mu nlonga nkanda yayi nsonga lekwa muna mona awei ba salanga ezi nsiku mya ndinga muna mambo za nsobanesa he ndinga mu nkanda za ndinga mputu za kalasi ya 10^a(kumi) kya malongi azole kya tulwa um nsi za ngola. muna vana he yindulo ya lekwa, vana senselo ansoka yau ba vangidi he nkanda kyaki: timbane e santana (2021), Zau (2011), Bagno (2007), Cabral (2005), Bernardo (2017), Undulo (2016), Santana (2022), Antunes (2014) muna ba vovele he mambo mya malongi za ndinga mputo um nsi za ngola e muna mambo mpila mu mpila za ngola yina ba vovanga kwa antu mya vata ye muna fulu za wonso za nsi za ngola. he mpava kyoko yina ye nfunu za mbote mpasi vo he nkanda zozo twikidi he mambo za nfunu kya ndinga mputo za kalasi ya 10^a (kumi) za Olga Magalhães ye Fernanda Costa (2012) muno tu mwene 4(ya) nsongo a ngindu mya salu mpasi vo twa bakisa he nsobanesa a ndinga. yi wawu he salu kyeto wizidi twika vo ke nkanda kyeto yina ye malongi zi vovanga he nsobanesa za ndinga ko. tu mwene vo he nkanda kyokyo vene he ntangu muna vova kaka mambo mi kotanga he nsiku alusantu mya mputu za nsi za mputo ye ka natanga ko he mambo za nludi za ndinga ya ba nlongoki, vo mu tanga he ndinga ba talanga kaka he ma mambu moxi ko, kansi nfwaninika he mpasi muna nlongoka he ndinga mputu mu nsi.

Nkumbu ankanda nzila: Nsonga mya mputu, Nkanda amalongi. Lusunzulu mya salu.

Considerações iniciais



Angola é um país que situa-se no sudoeste do continente africano, no hemisfério sul, em que constam países da África Austral. O território angolano é composto por dezoito (18) províncias, nomeadamente : Bengo, Bié, Benguela, Cabinda, Cunene, Huíla, Huambo, Kwanza-Sul, Kwanza- Norte, Kuando Kubango, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire. Cada província é caracteriza-se pelas diferenças linguísticas e culturais, o que faz de Angola um país multilíngue e multicultural, o que não difere de outros países africanos.

Para além do português, língua oficial, coabitam cerca de vinte (20) línguas nacionais. Destacamos, na sequência, as que possuem maiores percentagens de falantes: Umbundu (22,96%), Kikongo (8,24%), Kimbundu (7, 82%), Chokwe (6,54%), Nhaneca (3,42%), Nganguela (3,11%), Fiote (2,39%), Kwanhama (2,26%); Muhumbi (2,12%), Luvale (1,04%) e outra língua 3,6% de acordo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2016). A língua portuguesa doravante (LP) chegou em Angola através do processo de colonização por meio das navegações do capitão português Diogo Cão em 1842 ao continente africano. Nesse sentido, Santana (2022) apontam que a LP foi imposta pelo colonizador, ao longo do tempo o seu aprendizado pelos colonizados, tornou-se ferramenta de ascensão social para considerado de civilizado no período colonial.

Em território angolano, deu-se o contato entre o português e as línguas nacionais e as influências entre as línguas originou ao que chamamos Português Angolano (PA) com características próprias, falada em Angola. Contudo, a variedade do português que circula no ensino, nos meios convencionais e, logo, é institucionalizado é o Português Europeu (PE). Devido a isso e cientes das particularidades do PA, procuramos responder a seguinte questão: De que modo são tratadas as regras gramáticas em contexto de variação linguística no livro didático da 10ª classe?

Nosso objetivo, nesta pesquisa, é, portanto, analisar como são tratadas as regras gramaticais em contexto de variação linguística no livro didático da língua portuguesa da 10ª classe do ensino secundário adotado em Angola. Assim, a pesquisa justifica-se, sobretudo, no fato de ser uma temática ainda pouco explorada e que dispõe de um número reduzido de estudos relacionados ao livro didático acerca do cenário sociolinguístico de Angola, embora que encontremos conjunto de trabalhos relevantes acerca da temática, dentre os quais destacamos: (2014), Lussevicieno, Boio (2022) e Timbane e Santana (2021). Todavia, os autores, nos seus estudos, restringem-se à comparação entre português angolano e o europeu no ensino. Pensando nisso, propomos, neste trabalho: analisar como são tratadas as regras gramáticas em contexto de variação linguística no livro didático da língua portuguesa da 10ª classe do ensino secundário adotado em Angola.

A relevância social está em contribuir no intuito de diminuir a estigmatização e o preconceito linguístico causada imposição da variedade de Portugal e prevalência de uma gramática que não contempla a variedade angolana., visto que a preocupação foca no ensino da gramática normativa. Para melhor compreensão do leitor, estruturamos o trabalho com as seguintes seções: (1) - Introdução; (2) - Língua portuguesa em Angola: status e ensino; Breve discussão do livro didático em Angola; - (5) Metodologia e (6) - Resultados e discussões, seguido das considerações finais.

1. A língua portuguesa em Angola: status e ensino

A Constituição da República de Angola, no artigo 19º, afirma que “a língua oficial da República de Angola é o português”. (ANGOLA, p. 09). Diante do exposto, o português é, portanto, língua oficial e de escolarização e, também, a língua mais falada e legitimada no âmbito da administração pública, atos políticos, tribunais, comunicação social, discursos oficiais e ensino. No entanto, o português que se tornou oficial não corresponde à realidade linguística do país.

O português institucionalizado em território angolano é o europeu, por isso adotou-se para ser utilizada como língua de unidade nacional. De acordo com (INE, 2016), o português possui 71% de falantes no país, esse percentual de falantes não falam o português europeu e sim o português angolano, variedade que se estabiliza devido a influências das línguas nacionais angolanas e que é, igualmente, língua de convivência diária entre os cidadãos.

Bagno (2007b, p. 57) conceitua que “uma variedade linguística é o modo de falar a língua característico de determinado grupo social ou de determinada região geográfica”. Cabe ressaltar que o português falado no espaço angolano se diferencia do modelo linguístico-europeu. Portanto, a variante angolana que muitos linguistas locais (e não só) discutem já faz parte dos usos dos cidadãos angolanos e está em construção para o processo da normatização.

Em uma concepção recente, Timbane e Santana (2021, p. 65) defendem que o Português Angolano (PA) “é uma variedade falada no espaço geográfico de Angola e que reflete as experiências e particularidades culturais e sócio-históricas do povo angolano”. Partindo dessa observação, o português angolano transborda aspectos linguísticos do cotidiano dos cidadãos e é distinto da norma linguística regida no país e que não condiz com a realidade linguística angolana.

Zau (2011) explicita que o português falado na contemporaneidade em Angola é uma variante que expressa “angolanidade”, influenciada pelas línguas africanas, contém melodia e sonoridade própria. Ainda dentro desses argumentos, na conjuntura angolana, o português expressa uma série de situações típicas que refletem a cultura e línguas nacionais, relativamente: a entoação fonética-fonológica, o léxico, a semântica, a morfologia e a sintaxe com suas características.

Cabral (2005) defende que a variedade europeia é privilegiada no sistema educacional, pelo motivo de a variedade angolana não está normatizada. Como afirma o autor, nos últimos trinta anos aumentou o número de educadores e alunos que em nada se identificam com a variedade europeia. Isso tem causado sobressaltos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos em território nacional, por não haver identificação por parte do público. De acordo com a Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino, n.º 17/16, de 7 de outubro, artigo 16.º, n.º 01 e 02, lê-se “o ensino deve ser ministrado em língua portuguesa”. Enquanto isso, o Estado “promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola, bem como da linguagem gestual para

os indivíduos com deficiência auditiva.” (LEI DE BASES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, 2016, p. 3).

Diante do exposto, o Estado angolano deveria garantir o ensino das línguas nacionais, porém no processo de sua materialização, pouco tem efeito sido feito nas escolas, atendendo que o português europeu continua privilegiado com relação às línguas nacionais. Por causa disso, a política de ensino das línguas nacionais é colocada em segundo plano no sistema de ensino geral, uma vez que estas não estão presentes no processo de ensino nem nos materiais didáticos usados para este fim, dificultando o reconhecimento de como estas línguas influenciam e caracterizam o PA.

Ressaltamos que o contato do português com as línguas nacionais de origem **bantu** que coexistem no espaço geográfico angolano originou ao português que se fala no país, fruto das convivências entre as línguas nacionais e o português europeu. Undolo (2019) evidencia que o português angolano se compreende como conjunto de dialetos do português nacional. O termo dialeto, aqui, designa um conjunto de variações no plano de pronúncia, vocabulário, sintaxe de cada grupo social de um país. Diante desse cenário, Inverno (2008) aborda que:

[...] é importante sublinhar que, contrariamente à ideia implícita no discurso de governantes e meios de comunicação social, a variedade do português que se tem vindo a generalizar não é a variedade padrão europeia, mas sim uma variedade vernácula do português resultante do contacto com as línguas africanas. (INVERNO, 2008, p. 118).

Como afirma o autor, no contexto de Angola, a língua que abrange todos os angolanos a nível nacional é o português angolano, verifica-se que os cidadãos usam para se comunicarem quotidianamente. Portanto, em Angola, aponta-se que estão em circulação dois modelos de português, o primeiro português europeu, adotado pelo Estado, o ideal, normatizado no ensino, administração e comunicação social. O segundo, o português angolano, o real que corresponde à realidade linguística dos contanto que se expressa em circunstâncias rotineiras em concordância com entendimento de Undolo (2016). A partir dessa perspectiva, Undolo (2019) ilustra que:

[...] por exemplo, ouvir um apresentador *pivot* do telejornal da TPA não é a mesma coisa se ouve um apresentador *pivot* do telejornal da RTP. Nitidamente percebe-se, mesmo sem olhar para o ecrã, que um é cidadão angolano, e outro é português. Porém, as diferenças sentidas não fazem do cidadão angolano menos competente do ponto de vista de performance do que o cidadão português. (UNDOLO, 2019, p. 24, grifo do autor).

Partindo disso, consegue-se reconhecer que esses dois falantes advindos de dois povos e culturas distintas, não falam português de modo igual, diferenciam-se quanto da atuação linguística com particularidades. Dessa forma, Undolo (2016) enfatiza que um falante nativo do português angolano e aquele não nativo, conseguirá de reconhecer a sua variedade e as outras variedades devido à existência da variação linguística.

Considerando o contexto da língua portuguesa no território angolano, acreditamos que o ensino da língua portuguesa esteja alinhado a modelos tradicionais da gramática normativa do português europeu. Observa-se que, a valorização excessiva da gramática tradicional praticada pelos professores ao ensinarem os alunos, baseiam-se em nomenclaturas gramaticais, impossibilitando o ensino reflexivo da língua que não esteja afincado na metalinguagem. Nesse sentido, Bernardo (2017) informa que:

O ensino da língua portuguesa em Angola, hoje, não passa de uma descrição de categorias gramaticais. Isso inibe o aluno de contribuir com suas práticas de uso diário da língua. As categorias gramaticais que são estudadas acabam por limitar o aprendizado, despreza-se o processo evolutivo e dinâmico da língua e se reforça uma abordagem de ensino de língua alheia à realidade de uso, assumindo a língua como entidade homogênea, o que não reflete a verdade. (BERNARDO, 2017, p. 49).

Conforme depreendemos acima, a realidade angolana é heterogênea e não homogênea, os docentes promovem o ensino de língua portuguesa, só em uma perspectiva, não reconhecendo as variedades locais e dificultam o processo de aprendizagem dos alunos. O Estado precisa desenvolver políticas que olhem para realidade linguística do país e o professor é chamado a abandonar o ensino pautado unicamente para a norma culta, dando aos alunos um ensino voltado para a realidade da língua (BERNARDO, 2017). Para isso, o Estado precisa investir na capacitação do corpo docentes de língua português em exercício das escolas públicas do país, formando professores capazes de ensinar a variedade angolana do português.

Ainda a esse respeito, Timbane e Santana (2021) apontam que a escola mantém o ensino de língua voltado para a aprendizagem de regras gramaticais e leva em conta unicamente a norma padrão como a variedade a certa. Para isso, são utilizados dicionários que apresentam o léxico e a semântica da variedade europeia, o que causa um distanciamento com a realidade angolana. Isso mostra que o ensino da língua portuguesa se foca na gramática normativa e tudo que vir ao contrário dela é marcada de errado. É essencial que haja reconhecimento da diversidade linguística pertencente à sociedade angolana, de forma que as variações linguísticas sejam demarcadas, pois a língua agrega valores socioculturais dos falantes. (Bernardo, 2017).

Ainda segundo Timbane e Santana (2021) o português angolano é desconsiderado, na visão das escolas angolanas, as variedades angolanas são expressões mal faladas e passíveis de marginalização no ambiente escolar e social. Desse prisma, Zilles e Faraco (2015) propõem que os professores desenvolvam uma pedagogia inerente à variação, reconhecendo que não existem erros em usos dos falantes na sua língua materna, tem que se desconstruir as viés equivocadas no espaço escolar em que se trabalha com língua.

É pertinente que os professores considerem os conhecimentos linguísticos e culturais trazidos pelos alunos de outros meios sociais que estão inseridos. Dessa maneira, evita-se a discriminação e a marginalização daqueles que não têm domínio do português padrão. Após a contextualização da língua portuguesa em Angola e seu ensino, no tópico seguinte, no próximo tópico abordaremos acerca do livro didático em Angola, de modo a percebermos a implementação dele no ensino.

2.0 livro didático em Angola

O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação – INIDE - é o órgão do Ministério da Educação responsável pela elaboração e distribuição dos manuais didáticos aprovados para ensino geral. A Lei de Base do Sistema de Ensino de (2016), no artigo 31º, afirma que o ensino geral se organiza em ensino primário (1ª a 6ª classes), ensino secundário do 1º ciclo (7ª, 8ª e 9ª classes) e o ensino secundário do 2º ciclo (10ª, 11ª e 12ª classes). A reforma educativa em Angola perpassou por várias fases nas quais se destacam: fase da experimentação (2004-2010), fase de avaliação e correção (2005-2010), fase da generalização (2006-2010) e a fase da avaliação global (2012) de acordo com o Ministério da Educação - MED (2014). Em vista dos nossos objetivos de análise de material didático, aqui trataremos da fase de avaliação global, pois o livro didático foi publicado nesse período.

A fase da avaliação global se pautou na realização de uma avaliação ao Sistema de Educação que compreenderá os currículos, o processo de ensino/aprendizagem, corpo docente e discente, administração, gestão e recursos materiais conforme (MED, 2014, p.5). Essa fase oportunizou a implementação de novos livros didáticos que veiculam nas escolas do país. A reestruturação no sector da educação propiciou na lei de base a reformulação da educação em todos os sectores traçados dentre as quais temos: 1º a expansão da rede escolar; 2º a melhoria da Qualidade de Ensino; 3º o reforço da eficácia do sistema de educação; e 4º a equidade do sistema de educação. Desta forma,

para melhoria da qualidade do ensino são elencados vários pontos, mas enfatizaremos, exclusivamente, dois: a) melhoria da qualidade e quantidade de manuais escolares; b) melhoria do trabalho metodológico dos professores.

O livro didático analisado é de autoras angolanas, mas a produção faz-se em Portugal, logo a variante presente é a do português europeu, há pouca frequência de traços linguísticos do português do angolano, conforme veremos na análise. Vale destacar que a língua portuguesa não é acessível de igual modo aos alunos, principalmente para aqueles que não o têm como primeira língua.¹ Além disso, as metodologias empregadas pelos professores no ensino de língua portuguesa em Angola, estão voltadas em métodos tradicionais de ensino e o estado angolano é chamado a abandonar o ensino conservador de acordo com (BERNARDO, 2017). O decreto presidencial n.º 311/14) assegura que:

Considerando que o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação — INIDE é um Instituto Público vocacionado ao estudo e acompanhamento do desenvolvimento do sistema de educação, visando garantir a qualidade e a excelência no ensino primário e secundário [...]; O INIDE tem a missão de coordenar, executar e monitorar as políticas de investigação pedagógica, conceber e elaborar estudos, currículos e outros materiais pedagógicos, que permitam a realização e aperfeiçoamento permanente do processo docente-educativo nos níveis de ensino primário e secundário. (ANGOLA, 2014).

No entanto, nota-se ineficácia pelo órgão que é lhe incumbido a missão de revisão de conteúdos, fiscalização e distribuição dos manuais escolares. Alusivo ao conteúdo no livro didático. Nesse sentido, Timbane e Santana (2021) apontam que:

A inexistência do ensino da variação linguística nas escolas angolanas é uma realidade, basta olhar para os manuais escolares do 1º ao 12º ano. Esses manuais (livros) escolares não têm nenhuma unidade ou capítulo destinado ao debate sobre a variação linguística. Quer dizer, para esse ensino do português, a variação linguística não existe e não merece ser debatido. O ensino continua atrelado à concepção maniqueísta que situa a língua “correta” e a língua “errada” em lados totalmente opostos. (TIMBANE; SANTANA, 2021, p. 74).

Em consideração a isso, nos livros didáticos de língua portuguesa não existe nenhum tópico que aborda a respeito da variação linguística, conforme se confirmou em nossa análise, para ampliar o repertório linguísticos dos alunos do ensino geral do país, de modo particular do ensino médio da 10ª classe. Em função disso, recomenda-se

¹ A Língua Materna, ou a Primeira Língua (L1) não é, necessariamente, a língua da mãe, nem a primeira língua que se aprende. Tão pouco trata-se de apenas uma língua. Normalmente é a língua que aprendemos primeiro e em casa, através dos pais, e também é frequentemente a língua da comunidade de acordo com (SPINASSÉ, 2006, p. 05).

incluir nos manuais didáticos conteúdos que discutam a respeito da variação, desconstruir as visões de certo e errado e substituí-las por adequado e inadequado (BORTONI-RICARDO, 2004). No tocante à política de distribuição e aquisição dos livros didáticos em Angola, a gratuidade é no ensino primário de 1^a a 6^a classe, segundo a lei de base de sistema de ensino (2016), artigo 11^o:

O ensino primário é gratuito, quer no subsistema de ensino geral, quer no subsistema de educação de adultos. O pagamento da inscrição, da assistência às aulas, do material escolar e do apoio social nos restantes níveis de ensino, constituem encargos para os alunos. (LEI DE BASES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, 2016, p. 3).

A referida lei dá garantia da gratuidade do ensino, o acesso às aulas e dos manuais didáticos, no entanto a execução tem sido ineficaz, por ainda existirem livros didáticos à venda nos mercados informais e isso prova a falta de fiscalização, política adequada de distribuição do livro didático pelos dos órgãos competentes. A ministra da educação Luísa Maria Alves Grilo em entrevista concedida ao Telejornal da TPA (Televisão Pública de Angola) apontou que:

Há um acordo que foi assinado entre nós o ministério da educação, editoras e gráficas e os números foram distribuídos, devidamente assinalados por editoras e por gráficas, como livro está codificado também vamos saber quem é a editora e quem foi a gráfica que reproduziu, aquele manual de que província é, e como está no circuito paralelo, nós também estamos a trabalhar com AGT, no sentido de controlar as entradas, sobretudo do exterior para ver de fato se há de fato produção paralela no exterior, o estado gasta soma avultadas para produção de manuais escolares de 12 mil milhões de Kwanza, eles são para ser entregues às comunidades gratuitamente, então, não podem pôr os livros a circular para serem vendidos.²

Existindo a lei que pauta a gratuidade, não entendemos os motivos pelos quais os manuais se encontram à venda, sendo que dificulta o acesso dos alunos que não têm condições financeiras de aquisição. Nesta acepção, é crucial que cumpra a distribuição de modo gratuito dos livros e fiscalizada pelo Ministério da Educação. Após essa visão geral do livro didático em Angola, no tópico a seguir apresentamos a metodologia do trabalho.

² Ministra da educação de Angola falando sobre o concurso público e o ano letivo 2021-2022. Disponível em: <https://youtu.be/PTuHK9lViU4>. Acesso em: 21. fev.2022.

3. Metodologia e Apresentação do livro didático

Esta pesquisa é de caráter qualitativa que de acordo com Silveira e Córdova (2009, p.31-32), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. [...] Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009, p. 31-32).

Escolhemos essa caracterização porque enquadra-se com os objetivos do presente estudo, propondo-se analisar como são tratadas as regras gramaticais em contexto de variação linguística nas propostas de atividades do livro didático da língua portuguesa da 10ª classe do ensino secundário adotado em Angola. Grosso modo, o estudo configurou-se a partir de viés interpretativo, desenvolvemos seguindo os critérios metodológicos apontados por Gil (2007): primeiramente, realizou-se o levantamento bibliográfico para discutir acerca do tema a fim de facilitar a nossa pesquisa. Para o processo de coleta dos dados obtidos, adotamos a pesquisa documental de acordo com Fonseca (2002). Uma vez que se trata do livro didático *Língua portuguesa 10ª classe* de Olga Magalhães e Fernanda Costa (2012).

Após a seleção do livro didático, para análise do manual didático, estabelecemos a seguinte categoria de análise: tratamento das regras gramaticais em contexto de variação linguística nas propostas de atividades. Para efeito de análise, selecionamos o livro didático pelo motivo de ser um material fundamental no auxílio e de otimização dos alunos nas atividades escolares dentro e fora da sala de aula, sobremaneira que aprimoram nos alunos domínios da língua em diversas circunstâncias e a possibilidade de conhecer outras modalidades que a língua se apresenta.

Ademais, porque é o livro do ensino geral, do primeiro ano do ensino médio em todas as escolas do 2º ciclo do Ensino Secundário de Angola (públicas e privadas). Conforme a Lei de Bases do Sistema de Educação (2016), no artigo 105º.

Os currículos, planos de estudos e programas de ensino e os manuais escolares para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Primário e o Ensino Secundário têm carácter nacional e são de cumprimento obrigatório nos termos a aprovar pelo Titular do Poder Executivo. (LEI DE BASES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, 2016, p. 16).

O livro didático intitulado Língua Portuguesa 10^a classe, tem como autoras Olga Magalhães e Fernanda Costa, publicado pela Porto Editora, tem 288 páginas distribuídas em três unidades. O manual está organizado em três unidades temáticas, embora iniciasse com a unidade zero, denominada: reflexões sobre a língua portuguesa. No final de cada unidade do livro há uma ficha informativa em que integram atividades de oficina de escrita, funcionamento da língua na seção intituladas: ler e compreender.

No final do livro, encontra-se a seção designada de bloco informativo na qual pontua questões da gramática. Neste sentido, o presente livro didático a sua organização centraliza o ensino em: leitura, escrita e gramática. Em seguida, temos a primeira unidade, intitulada: textos informativos diversos, a segunda unidade, texto lírico, a terceira unidade, texto narrativo, e por último, bloco informativo. Na unidade zero, o livro didático relata discussões relacionadas a respeito da língua portuguesa no universo realçando a mudança que ocorre na língua, mas visão da realidade de Portugal.

A primeira unidade, que se compõem nos diversos textos na maioria dos escritores internacionais, as autoras preocuparam-se em oportunizar o acesso aos alunos dos variados gêneros textuais que circulam na esfera social, dos quais temos: relatórios, poemas, crônicas, cartazes e artigos de opinião. Reforçamos que essa unidade se encerra no tópico de compreensão do texto e funcionamento da língua em que se encontram propostas de atividades para serem resolvidas pelos alunos.

A segunda unidade está organizada por textos de escritores angolanos, os consagrados na literatura nacional, e de escritores estrangeiros, dentre os escritores angolanos temos Agostinho Neto, Jofre Rocha, José Luís Mendonça, João Maimona e Manuel Rui. Estão contidos contos e poemas desses autores mencionados. Ressaltamos que nessa unidade tem propostas de atividades de compreensão e funcionamento da língua.

Na terceira e última unidade do livro didático encontram-se textos diversificados de gêneros em que aparecem contos, romances, novela, crônica literária e entrevistas, os escritores angolanos, nomeadamente: José Luandino Vieira, Manuel Rui e Roderick Nehone. Nessa unidade igualmente há presença dos tópicos de compreensão e funcionamento da língua. No tópico seguinte, traremos a análise e discussão dos dados coletados no livro didático analisado.

4.Resultados e discussões

A presente seção é destinada à apresentação dos resultados e discussões obtidas na pesquisa a partir dos procedimentos descritos na seção anterior. Para este propósito, retornamos ao objetivo geral que estudo que visa analisar como são tratadas as regras gramaticais em contexto de variação linguística nas propostas de atividades do livro didático da língua portuguesa da 10ª classe do ensino secundário adotado em Angola, selecionamos (4) quatro atividades propostas para análise elaboradas através dos textos dos escritores angolanos Agostinho Neto, Jofre Rocha e José Luís Mendonça para observamos como exemplos.

As atividades propostas tiveram como base os textos dos escritores angolanos com os seguintes títulos: 'Poetas do século XX', página, 94 'Antigamente era', página, 96 'A renúncia impossível', página 99; 'Não vale a pena pisar', página, 106. Reparamos que são atividades superficiais que estimulam a decorar aspectos que envolvem os elementos gramaticais. Quanto à variedade angolana, observamos que apenas no texto 'A renúncia impossível' tem-se presença de variação na expressão 'Mato', que significa 'Aldeia' em Angola. No entanto, a variação não foi abordada na questão. Nesse sentido, nos quadros abaixo ilustramos as atividades propostas que trazemos como exemplo:

Quadro 2: Atividades de compreensão e funcionamento da língua

Justifica a utilização do nome próprio "África" como nome comum, no plural (áfricas).
Comente a expressividade do adjetivo "emaranhadas".
Funcionamento da língua 1. Indica a função sintática da expressão sublinhada em cada uma das seguintes frases: a) Eu acompanho-vos, <u>negros de todo o mundo</u> . b) O poeta dirige-se <u>aos negros de todo o modo</u> . c) A música <u>dos negros de todo o mundo faz-se ouvir</u> . d) <u>Os negros de todo o mundo</u> são meus irmãos. Os meus irmãos são <u>os negros de todo o mundo</u> .

Fonte: Magalhães e Costa (2012).

Como se observa no quadro (2), atividade tem o texto base do escritor angolano Agostinho Neto, intitulado 'Poetas angolanos do século XX'. A atividade acerca das

questões gramaticais prenda-se apenas aos exercícios da metalinguagem e não se atentam por um olhar reflexivo ao trabalhar com a língua, de modo que não estimula o aprendizado aos alunos e fica evidente que o ensino da língua é baseado exclusivamente na memorização das nomenclaturas gramaticais.

Reparamos também que os exercícios exigem dos alunos que justifiquem, comentem e indiquem através de características dos itens gramaticais. Em contrapondo essa visão, Antunes (2014) explica que o ensino de gramática é necessário ser contextualizado, valorizando os usos linguísticos orais e escritos.

Concordamos que a escola ensine a gramática, em função de ajudar no aperfeiçoamento da competência oral e escrita dos alunos, entretanto não precisa ser o único assunto para o aprendizado dos alunos, dá-se de modo excessivo, sendo fundamental que a escola torne o ensino interessante e não uma aprendizagem defasada.

Quadro 3 – Atividade compreensão e funcionamento da língua

1. Refere o valor do conector (“Mas”) que as separa.
2. Identifica os tempos verbais utilizados nos dois momentos
3. Justifica o emprego, no primeiro momento, de dois tempos verbais do passado diferentes.
4. Sinaliza os advérbios de tempo que remetem para o primeiro momento.
5. “Antigamente era tudo sonho de criança” a) Analisa morfológicamente a frase que constitui este verso. b) Faz, agora, a sua análise sintáctica c) Substitui a expressão de criança por um adjetivo

Fonte: Magalhães e Costa (2012).

Conforme se pode compreender no quadro (3), a segunda atividade não se diferencia da primeira, inclusive tem o texto base do escritor angolano Agostinho Neto, intitulado ‘Antigamente era’. Nesse sentido, é uma atividade com enfoque de trabalhar com exercícios sob a perspectiva da gramática tradicional, fragmentados e descontextualizados da realidade linguística dos alunos e acaba por não realçar a variação linguística, não contemplando o cenário da realidade linguística angolana.

Por ser atividade tirada do texto de um escritor angolano, não teria de se prender nas questões de metalinguagem como identificação, justificação e análise de frases soltas, que obriga a decorar as regras gramaticais para que os alunos tenham êxito no processo de resolução dos exercícios.

Isso demonstra que a educação de Angola vivência um ensino obsoleto, que cria um afastamento da língua portuguesa para com os alunos, pela forma como é ensinada. Outrossim, os aprendentes têm de se identificarem com a sua língua e não um ensino que em pouco subsidia na atuação com língua em diversos espaços sociais. A seguir, passamos a mais uma atividade.

Quadro 4: Atividade de compreensão e funcionamento da língua

1. O título e o subtítulo anunciam o tema do poema. Indica-o a) completa o quadro abaixo com advérbios, nomes, verbos,				
Advérbios	Nomes	Verbos	pronomes	conjunções
2. Pronomes e conjunções que reforçam a ideia de negação/renúncia				
3. Comenta a utilização do adjectivo impossível no título do poema.				

Fonte: Magalhães e Costa (2012).

A terceira atividade do quadro (4), se assemelha a atividade anterior (3) inclusive tem a mesma autoria. O texto intitulado 'A renúncia impossível' tem como finalidade ensinar os elementos gramaticais, ou seja, pede para completar e comentar. Sendo assim, interpreta-se que nas aulas de língua portuguesa, o único assunto a ter em conta é o trabalho com base na gramática normativa.

Isso demonstra a falta de compromisso em trabalhar a variação linguística, sendo uma temática que pouco importa para o conhecimento e a desenvoltura dos alunos, promovendo dessa forma a exclusão social dos alunos que vêm de realidades linguísticas desfavorecidas.

O adequado seria atividades à luz da sociolinguística educacional que proporcionam aos alunos em sala de aula e fora a dominar as diferentes manifestações linguísticas, ensinar os conteúdos relativamente à gramática de forma equilibrada e não se dar de modo excessivo como verificou-se. Por fim, traremos um último exemplo de atividade proposta a partir de textos de escritores angolanos.

Quadro 5 – Atividade de funcionamento da língua

<p>1. Como classifica as palavras “queimada”, “desaparecer”, “chuvada” e “reviver” quanto ao processo de formação? Escolha a resposta correta: São todas derivadas por sufixação.</p> <p>a) “Queimada” e “desaparecer” são derivadas por sufixação; “chuvada” e “reviver” são derivadas por prefixação.</p> <p>b) “Queimada” e “reviver” são derivadas por sufixação; “chuvada” e “desaparecer” são derivadas por prefixação.</p> <p>c) “Queimada” e “chuvada” são derivados por sufixação; desaparecer e reviver são derivadas por prefixação.</p> <p>d) São todas derivadas por prefixação.</p>
<p>2. Classifica morfologicamente a palavra “queimada” no verso – “com a pujança da <u>queimada</u>”</p>
<p>3. Escreve uma frase em que “queimada” pertença a outra classe gramatical.</p>

Fonte: Magalhães e Costa (2012).

Conforme mostrado no quadro (5), a atividade concebida no texto base do escritor angolano Manuel Rui, intitulado ‘Não vale a pena pisar’ é uma atividade predominante de classificar e identificar a qual grupo gramatical uma palavra pertence, como vimos acima. Como podemos observar, detêm só uma percepção da língua, a norma padrão, a única aprovada e tudo que não esteja de acordo é caracterizado como erro, uma vez que viabiliza a variação linguística, pois para esta concepção é inexistente.

É preciso esclarecer que é uma atividade mecânica que pouco propicia a ampliação do repertório linguístico dos alunos, já que são pedidos para classificar e identificar, ao invés de também refletir no que tocante a variação linguística, não assinala a sua utilidade, contextos de ocorrências e que são empregados.

As atividades aqui elencadas apontam para o enfoque do ensino tradicional da gramática, ainda vigente no ensino de LP em Angola, pois tratam apenas das questões

que estão relacionadas aos itens gramaticais, não abrangendo a variação linguística e as particularidades da variedade do português angolano, de uma forma que poderia abranger a variação linguística e interligar os exercícios com o contexto dos alunos. Quanto às atividades, observamos que são repetitivas ao longo do livro, com o foco apenas para a gramática e sem se preocupar em desenvolver o senso crítico dos alunos, os exercícios são superficiais de frases soltas e o tópico o bloco informativo funciona para consultar os itens gramaticais.

Considerações finais

Este trabalho propôs analisar como são tratadas as regras gramaticais em contexto de variação linguística nas propostas de atividades do livro didático da língua portuguesa da 10ª classe do ensino secundário adotado em Angola. Nesse sentido, constatamos que o material didático privilegia abordagem com base na gramática tradicional do português europeu, isso foi visto nas propostas de atividades que tiveram textos base dos escritores angolanos. Diante desse cenário, alcançamos o objetivo deste estudo, visto que é perceptível a não consideração da variação linguística, observamos também que nos exercícios de propostas das atividades estão concentradas de forma excessiva nos itens gramaticais e a variação linguística não é abordada.

Portanto, possibilitou também entender que a educação de Angola vivência um ensino obsoleto, que cria um afastamento da língua portuguesa para com os alunos, pela forma como é ensinada. Por outro lado, os aprendentes têm de se identificarem com a sua língua e não um ensino que em pouco subsidia na atuação com língua em diversos espaços sociais.

Por isso, é necessário que o ensino da língua portuguesa em Angola esteja fincado na realidade linguística dos alunos, sendo que dessa forma irá contribuir para o desenvolvimento da competência oral e escrita dos alunos e, não um ensino que não reflete a realidade do público alvo no qual se destina. Visto que o manual didático é um instrumento que serve para subsidiar as atividades aos alunos dentro e fora da sala de aula é precisa que olha em situações diversos. Finalizamos conscientes da limitação deste trabalho e pretendemos desenvolvê-lo em estudos futuros de forma a focar os demais tipos de variação em busca de descrever o PA e englobar livros e outros materiais didáticos e, assim, despertar interesse aos pesquisadores da linguística e áreas afins para que mais pesquisas sejam realizadas com ensino língua portuguesa em contexto angolano.

Referências

ANGOLA. **Lei de Base do Sistema de Ensino** nº17/16 de 7 de outubro. Luanda: Imprensa Nacional, 2016.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

ANTUNES, Irlandé. **Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”**, São Paulo: Parábola, 2014.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BERNARDO, Ezequiel Pedro José. Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. Nº32, 2017, p.39-54.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CABRAL, Lisender Augusto Vicente. **Complementos verbais preposicionados do português em Angola**, 205f. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2005.

COELHO, Izete L. et al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Lisboa: Edições Sá da Costa, 2013.

INE. **Resultados Definitivos do Recenseamento geral da população e da habitação de Angola**. Censo 2014. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, 2016.

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português: uma história sociolinguística. In: TORRALBA, Luís. Reis; PIMENTA, Fernando. Tavares; SOUSA, Julião. Sousa. (Org.). **Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. p.1-19.

MAGALHÃES, Olga; COSTA, Fernanda. **Língua Portuguesa: 10ª classe**. Porto Editora, 2012.

SPINASSÉ, Karen. Os conceitos língua materna, segunda língua e língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. **Contingentia**. Porto Alegre. Vol. 1, nº 1, p. 1-8, 2006.

TIMBANE, Alexandre António; SASSUCO, Daniel Peres; UNDOLO, Marcio. **Português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino**. Opção Editora: São Paulo, 2021.

SANTANA, Yuran Fernandes Domingos. **A influência das línguas do grupo bantu na emergência do léxico do português angolano.** Monografia de conclusão de curso. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa Científica. GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.) **Métodos de pesquisa.** capítulo do livro. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009, p. 31-42.

UNDOLO, Márcio. **Língua Portuguesa:** subsídios para o seu ensino em Angola. Luanda: Centro de Língua Portuguesa ECO7, 2019.

UNDOLO, Márcio. **A Norma do Português em Angola:** subsídios para o seu estudo. Caxito: Copyright ESP-Bengo, 2016.

ZAU, Dele. Gabriel. Domingos. **A Língua Portuguesa em Angola:** um contributo para o estudo da sua nacionalização. 2011. 204f. Tese de doutorado apresentado a Universidade da Beira Interior, Departamento de Letras, Covilhã, 2011.

ZILLES, Ana Maria Stahl, FARACO, Carlos Alberto. (Org.) **Pedagogia da variação linguística:** língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola, 2015.



Recebido em: 11/08/2022

Aceito em: 22/09/2022

Para citar este texto (ABNT): SILVA, Pedro Kiuma da; CARVALHO, Gislene Lima. Ensino da língua portuguesa em Angola: uma análise nas propostas de atividade do livro didático de língua portuguesa da 10ª classe. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), vol.2, nº Especial, p.76-93, 2022.

Para citar este texto (APA): Silva, Pedro Kiuma da; Carvalho, Gislene Lima. (2022). Trajetória política de António Agostinho. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 2 (Especial): 76-93.